



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDO VERDE AMARELO DE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA

Ata da 11ª. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

3 de junho de 2004 - Brasília - DF

Local: Ministério da Ciência e Tecnologia - Sala dos Conselhos, 2ª andar

Horário: das 10 às 13 horas

Membros do Comitê Gestor presentes (titulares e representantes): Luiz Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo do MCT, Presidente; Sérgio Machado Rezende, Presidente da FINEP/MCT, Titular; José Roberto Leite, Diretor do CNPq, representando o Dr. Erney Camargo; Alessandro Golombiewski Teixeira, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/MIDIC, Titular; Carlos Henrique Brito Cruz, UNICAMP, representante da comunidade científica, Titular; Mário Bernardini, FIESP, representante do setor produtivo, Titular; Rodrigo Costa da Rocha Loures, FIEPR, representante da Confederação Nacional da Indústria/CNI, Titular; Maria de Lourdes da Silva, SEBRAE, representando o Dr. Luiz Carlos Barboza; Eduardo Reis Gonçalves, BNDES, representando o Dr. Maurício Serrão Piccinini.

Ausência justificada: Erney Camargo, representante do CNPq; Fernando Cosme Rizzo Assunção, representante da comunidade científica; Luiz Carlos Barboza, representante do SEBRAE; Maurício Serrão Piccinini, representante do BNDES.

Técnicos da SETEF/MCT presentes: Elianne Prescott e Pedro Gregório de M. Alves

Técnicos da SEPTE/MCT: Beto Vasconcelos

Técnicos das Agências presentes: CNPq: Carlos Alberto Pinaluga, Luis Augusto Pontual e Alessandro Moure. FINEP: Renato da Matta e Maria Aparecida Neves

Convidados: Marco Antonio Guarita, CNI; Aldo Pinheiro da Fonseca, Coordenador da SETEF/MCT

1) Abertura

O Dr. Luiz Manuel Rebelo Fernandes, Presidente do Comitê Gestor, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e solicitou aos demais membros do Comitê que se apresentassem. Neste momento, fez questão de registrar a importante contribuição do representante do MIDIC, Alessandro Golombiewski Teixeira, na elaboração da Política Industrial, Tecnologia e de Comércio Exterior/PITCE.

Em seguida, fez algumas considerações sobre o novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais que está sendo implantado pela atual administração do MCT e que já foi objeto de apresentação pelo Ministro em reunião realizada no dia 18 de maio próximo passado. Ressaltou que entre as diretrizes do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais/CCF inclui-se a orientação de vincular as ações

do Fundo Verde-Amarelo/FVA às prioridades definidas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior/PITCE.

Em seguida, deu início aos trabalhos em conformidade à pauta de convocação (anexo 1).

2) Situação Geral - Exposição das agências FINEP e CNPq

2.1. Exposição do CNPq

O Dr. José Roberto Leite, Diretor do CNPq, apresentou a situação da carteira de projetos contratados por autorização do Comitê Gestor em 2003, pode ser resumida da seguinte forma:

- **Situação do Edital CT-FVA MCT CNPq 01/2003**
Objetivo: Financiar projetos de pesquisa cooperativa em rede com o setor produtivo nas áreas de Nanotecnologia e Materiais Avançados, visando o avanço do conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico, em temas em que haja ganhos de economias de escala de pesquisa.
Recursos disponíveis para a 1ª. Fase: R\$ 1.500.000,00
1ª Fase: Demanda bruta: 51 projetos
Demanda qualificada: 34 projetos (totalizando R\$ 1.099.744,44)
Toda a demanda qualificada foi atendida
Nota: Nesta fase estavam previstos R\$ 450.000,00 para as regiões N, NE e CO, e R\$ 1.050.000,00 para as regiões S e SE, respectivamente 30% e 70% dos recursos disponíveis. Entretanto, nenhum desses limites foi atingido.
2ª fase: em andamento.
- **Situação do Edital Fundo Verde-Amarelo / Programa Nacional de Incubadoras / CNPq – 02/2003**
Objetivo: Aperfeiçoamento dos processos de gestão de incubadoras de empresas de base tecnológica, de setores tradicionais e mistas
Demanda bruta: 97 propostas
Demanda Atendida: 46 propostas (totalizando R\$ 3.502.175,56)
- **Situação da Chamada 001/2002 do Programa RHAE-Inovação**
Objetivo: Atender a demanda de empresas ou entidades empresariais, constituídas sob a lei brasileira, interessadas no engajamento e na capacitação tecnológica de recursos humanos necessários às suas atividades de P&D e Inovação
Demanda bruta: 496 projetos Tipo A e 48 projetos Tipo B
Demanda Atendida: 174 projetos Tipo A (totalizando R\$ R\$ 12.232.805,04) e 10 projetos Tipo B (totalizando R\$ 1.658.056,56)
Toda a demanda qualificada foi atendida. Os dados apresentados são referentes às 4 primeiras rodadas de avaliação.
- No âmbito do Edital de Fluxo contínuo do CNPq foram alocados R\$ 18.000.000,00 do FVA.

Concluindo sua apresentação, o Dr. José Roberto Leite enfatizou a importância de dar continuidade ao apoio ao programa RHAE pelo FVA.

2.2. Exposição da FINEP

O Presidente da FINEP, Dr. Sérgio Rezende, destacou os seguintes pontos relacionados à situação da carteira da agência:

- Apoio à organização e consolidação de Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas Regionais: contratados cem (100) projetos
- Novos instrumentos do FVA operados a partir de 2003 pela FINEP: equalização de juros, aporte de capital de risco em fundos e em empresas emergentes e subvenção econômica.
(a) Linha 'Equalização de juros': modalidade de financiamento reembolsável, onde parte dos juros do empréstimo é quitada com recursos do Fundo Verde-Amarelo, com base na

Lei 10.332 (2001). Essa linha visa fomentar a inovação equiparando os níveis de financiamento praticados no Brasil aos níveis praticados no exterior. Possibilita o aporte de capital para investimento em empresas de qualquer setor e incentiva / estimula fundos de capital de risco. Destacou que até 2003 não havia uma sistemática definida para induzir demandas junto às empresas para aporte de capital. Por meio da Portaria Ministerial nº. 595, definiu-se que: somente empresas que apresentem projetos de inovação tecnológica claramente definidos podem ser beneficiadas; parte da Taxa de Juros de Longo Prazo/TJLP é quitada com recursos do fundo FVA e outra parte pela empresa beneficiada. A parcela dos encargos a ser equalizada é limitada a 6 %/ano. Em 2003, foi lançada uma Chamada de Propostas que disponibilizou R\$ 10 milhões do FVA e em 2004, conforme programação orçamentária, estão destacados R\$ 30 milhões para essa linha. Prevê conceder financiamento a projetos de empresas que atuem em setores definidos como prioritários pela PITCE, como software, microeletrônica e medicamentos.

(b) Linha Subvenção Econômica (PDTI e PDTA): essa linha ressarcie investimentos realizados em P&D por empresas que optaram em receber incentivos dos programas PDTI e PDTA. No orçamento do FVA para 2004, R\$ 10 milhões estão destinados à essa linha de ação, sendo este montante inferior àquele aportado em 2003 (R\$ 30 milhões). A demanda de empresas que solicitaram financiamento à FINEP e pleitearam incentivos fiscais é da ordem de R\$ 100 milhões; esta demanda está condicionada à análise da comprovação e aprovação das despesas efetuadas.

- Programa PAPPE: O programa destinou R\$ 87 milhões de 5 Fundos Setoriais (Verde-Amarelo, CT-Energia, CT-Saúde, CT-Agronegócios e CT-Biotecnologia) e igual contrapartida dos Estados, totalizando R\$ 174 milhões, para dois anos. Visa estimular o fortalecimento do sistema nacional de ciência e tecnologia, financiando diretamente pesquisadores de pequenas e médias empresas de base tecnológica. Até o momento já foram assinados convênios com 20 estados e a alguns estados já lançaram chamadas de propostas. Análises iniciais indicam que a demanda das empresas em 16 estados atinge cerca de 1.000 projetos. Este quadro exclui São Paulo que só deve participar da III fase do PAPPE, destinada a apoiar etapa de implantação de empresas.
- Concluindo, a FINEP se comprometeu em enviar, na semana seguinte, a relação completa de projetos contratados em 2003 tanto por encomenda do Comitê Gestor, como em resposta às chamadas públicas/editais do Fundo Verde-Amarelo.

Após a apresentação da FINEP, o Dr. Mário Bernardini destacou que o Comitê Gestor do FVA já havia decidido que seriam destinados recursos, a título de contrapartida, para viabilizar a criação e participação de um Comitê Técnico no suporte aos APL's financiados, com vistas a garantir que os impactos atingidos fossem positivos e a evitar prejuízos. Destacou, ainda, que essa linha de financiamento deve priorizar APL's com objetivos bem definidos e apoiar soluções voltadas para atender demandas de mercado. Citou, ainda, a existência de diferentes iniciativas em curso voltadas para esse mesmo tipo de apoio. Desse modo, sugeriu que haja um esforço de convergência das ações do FVA com outras que vêm sendo implementadas em agências, como o BNDES, e órgãos como o MDIC, de forma a garantir articulação e complementaridade. Lembrou que, em conformidade à recomendação anterior do Comitê Gestor, o apoio aos APL's estaria condicionado ao atendimento de condições específicas. Quanto aos novos instrumentos introduzidos pela FINEP no CT-FVA para apoiar a inovação, sugeriu que se analisasse sua adequação às reais necessidades do setor privado, tendo por base critérios de eficiência e eficácia. Destacando que a finalidade precípua do CT-FVA é incentivar a inovação tecnológica nas empresas, sugeriu que ações como a do programa TIB deveriam ser apoiadas pelo Fundo de Infra-estrutura, uma vez que sua inclusão histórica no FVA devia-se à inexistência de outros mecanismos. Concluindo, recomendou que seja priorizada a criação de um sistema de indicadores que possibilitem avaliar os projetos financiados e subsidiar a decisão para novas ações; permitindo 'instrumentalizar' a gestão para ampliar a eficiência dos investimentos.

3) Situação Orçamentária: orçamento de 2004; recursos comprometidos e saldos para novas aplicações em 2004

3.2. Orçamento disponível para 2004:

Foi distribuída uma planilha ao Comitê Gestor com dados sobre o orçamento disponível para 2004. Este quadro aponta que embora o orçamento autorizado seja da ordem de R\$ 186 milhões, estão efetivamente disponíveis para novas ações R\$ 113.963.400,00. No entanto, em função de grande parcela destes recursos estarem vinculados à operações de crédito da FINEP, apenas R\$ 56.712.662,00 estão disponíveis para ações de fomento à fundo perdido. Destes recursos, R\$ 5.112.232,00 (10%) estão alocados à ação Capacitação de Recursos Humanos, a cargo da agência CNPq, e o restante, R\$ 51.600.430,00 (90%) alocado à ação de Fomento, a cargo da agência FINEP. Cabe esclarecer que a diferença entre o orçamento autorizado para fomento a fundo perdido e o saldo disponível para aplicação deve-se à seguinte programação:

- R\$ 2.458,8 mil previstos como Taxa de administração da FINEP (2%)
- R\$ 6.221,0 mil previstos para atender às Despesas Operacionais (5%)
- R\$ 46.734.300,00 já comprometidos em projetos contratados/em carteira

O resumo da situação orçamentária pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1: Orçamento disponível para 2004:

FUNDO	Orçamento Autorizado (a)	2% Taxa Adm. FINEP (b)	5% Des. Operacional (c)	Despesas Comprometidas (d)		Compromissos	Total das Despesas (e) = (b+c+d)	% e/a	Saldo Disponível para Novas Ações em 2004 (f) = (a - e)
				FINEP	CNPq				
FVA	186.000	3.72	9.3	36.413	22.103.9	500	72.036.5	39	113.963.4
Equalização Taxa de Juros	29.330	586.6	1.466.5	2.053.1				7	27.276.9
Subvenção PDTI e PDTA	9.330	186	466.5	653.1				7	8.676.9
Estimulo às Emp.Base Tecnológica	17.600	352	880	1.232				7	16.368
Incentivo ao Inv. C&T (Garantia de Liquidez)	5.300	106	265	371				7	4.929
Fortalecimento Comp.Tec-Cienc. Inov.	22.830	456.6	1.141.5	16.119.7		17.717.8		78	5.112.2
Fomento à Pesquisa e à Inov. Tecnológica	101.610	2.032.2	5.080.5	36.412.6	5.984.2	500	50.009.6	49	51.600.4

Visando esclarecer questões levantadas pelo Comitê Gestor sobre o critério adotado para cálculo das despesas operacionais e da taxa de administração cobrada pela FINEP, o Dr. Sérgio Rezende esclareceu se tratam de valores estimados e que poderão vir a ser remanejados para outras ações durante o exercício, caso os recursos não sejam totalmente aplicados. Esclareceu, também, que os recursos alocados aos instrumentos de incentivo à

inovação tecnológica também podem vir a aumentar em função do resultado de aplicações financeiras, como já vem ocorrendo com os recursos alocados à linha “Equalização”, que passou de R\$ 32 milhões para R\$ 35 milhões.

O Dr. Mário Bernardini sugeriu que se busque recuperar os recursos que foram contingenciados para que sejam vinculados aos fundos setoriais.

Com relação ao orçamento previsto para os fundos, o Presidente do CG explicou que este foi baseado na receita estimada e que na hipótese desta ser maior, os recursos captados ficam no tesouro. Neste sentido, esclareceu que há iniciativas em curso visando viabilizar o ingresso destes recursos no orçamento dos fundos setoriais.

4) Planejamento das ações: propostas de ações transversais

O Dr. Luiz Fernandes informou que o MCT está instituindo um novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais que compreende a efetivação do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais/CCF, presidido pelo Ministro, como instância estratégica, proponente de ações de integração, evitando a segmentação e a fragmentação e pulverização de recursos. Neste sentido, o novo modelo de gestão objetiva, entre outras finalidades, integrar ações entre os diferentes fundos setoriais e garantir sua aderência à Política de Governo e aos reais interesses e necessidades dos setores envolvidos.

Entre as orientações do CCF para 2004, destacam-se:

- O estabelecimento de um calendário de reuniões ordinárias dos Comitês Gestores
- Um cronograma de datas-limite para o lançamento de instrumentos (chamada de propostas, de encomendas e convites) que envolvam recursos do FVA

Com vistas à formulação de ações transversais que integrem recursos dos diferentes fundos, o Dr. Luiz Fernandes enfatizou que esse esforço está inserido em um processo de construção participativa de uma agenda para 2004 e esclareceu que essa decisão se deve, particularmente, a um diagnóstico realizado pela atual administração do MCT que identificou a fragmentação e pulverização das ações dos fundos setoriais. As orientações da CCF são para que sejam definidos e apoiados projetos/programas estruturantes e compatíveis com as prioridades da PITCE. Neste sentido, solicitou aos demais membros do Comitê Gestor que encaminhem sugestões de ações e temas relevantes que devam ser objeto de iniciativas integradoras até o dia 08 de junho e propôs que seja transferido para a próxima reunião o detalhamento das ações específicas do FVA

Entre as sugestões apontadas, preliminarmente a reunião, destacam-se:

1. Apoio a Rede de Informações Tecnológicas

- Dr. Rodrigo Loures: propôs que se apoie a criação de uma Rede que articule competências - ‘comunidade de pessoas’ – no sentido de fornecer elementos que possam orientar/subsidiar o Conselho de Desenvolvimento Industrial na implementação da PITCE no Brasil. Esta rede envolveria representantes de instituições dos setores acadêmico e produtivo, como universidades; o IEL que poderia organizar as contribuições da indústria, e o Centro de Gestão e estudos Estratégicos/CGEE. O Dr. Loures fez uma breve apresentação do modelo da Rede e distribuiu cópia desse material para os presentes.
- Dr. Mário Bernardini: destacou que há várias iniciativas em andamento, como a ‘Rede Brasil’, o ‘Brasil competitivo’ entre outras que visam a fomentar o desenvolvimento tecnológico da indústria, mas todos têm em comum o fato de estarem do lado da oferta. É preciso, enfatizou, identificar mecanismos que sejam do lado da demanda. Neste sentido, sugeriu apoiar a criação de um canal que possibilite ouvir a demanda, auscultar as necessidades do setor produtivo, como, por exemplo, a “Rede Tecnológica Brasileira”. Este instrumento seria essencial para orientar as decisões do Comitê Gestor na definição de prioridades e ações. Como estratégia, sugeriu que o FVA apoie a criação de sistemas de informações que permitam organizar a informação. Recomendou que este sistema seja baseado em plataformas compatíveis, já

disponíveis, e que permitam agregar e consolidar dados e informações. Sugeriu que seja criado um grupo de trabalho para propor a criação de uma Rede focada na PITCE.

- Dr. José Roberto Leite: informou que a plataforma Lattes do CNPq está sendo ampliada para compreender o setor produtivo – o “Lattes empresarial”, e que poderia vir a ser usada para integrar este esforço de organização da informação do setor industrial
- Dr. Sérgio Rezende: destacou que a questão da informação tecnológica é um problema recorrente. Citou iniciativas anteriores, como a Rede Brasil de Tecnologia que visava levantar a demanda do setor empresarial e resultou em duas chamadas de propostas apoiadas com recursos do CT-Petro. No entanto, este esforço resultou em ações mal articuladas. Por outro lado, para atender as necessidades do setor acadêmico, verificou-se a necessidade de descentralizar essa informação. Citou a Agência de Inovação da UNICAMP como um exemplo de iniciativa que apoia a interação Universidade-Empresa e que está dando certo. Como estratégia, poderia-se chamar as universidades para estruturar agências de inovação que possibilitem atender/suprir lacunas dessa natureza. Sugeriu, ainda, apoiar iniciativas como o “inventário tecnológico nacional” que vem sendo conduzido pelo IEL/Bahia; apoiar ações que integrem esforços em andamento no MCT e CGEE que visa desenvolver e implantar um sistema de informações para divulgar a competência instalada nas universidades e centros de pesquisa. Concluindo, sugeriu que se apoie a ampliação da Rede Brasil de Tecnologia, como instrumento que permita estruturar a demanda. Esta iniciativa evitaria a dispersão de iniciativas e duplicação de esforços.
- Dr. Brito Cruz: sugeriu que se buscasse conhecer o “Portal Tecnológico da SIEMENS”, que é uma idéia interessante e que poderia ser uma experiência de se conhecer. Ressaltou, por outro lado, que o ponto crítico de qualquer sistema aberto é a validação das informações prestadas.
- Rodrigo Loures: referindo-se aos APL’s, questionou se o apoio do FVA deve ser destinado apenas a questões de natureza tecnológica ou se podem ser mais amplos. A proposta é de que além destes critérios, também fatores relacionados a estratégias, gestão e atributos de natureza econômica e social sejam considerados.
- Dr. Luiz Fernandes sugeriu um conjunto de temas que podem servir de base para definir ações transversais porque têm interface com outros fundos setoriais:
 1. Apoiar o Programa de Exportação de software e serviços;
 2. Apoiar Biblioteca compartilhada de componentes;
 3. Formar RH para atuar em áreas definidas como prioritárias pela PITCE;
 4. Constituir o Fundo Especial de Microeletrônica;
 5. Laboratório Nacional de Metrologia de Materiais;
 6. Laboratório Nacional de Tecnologia Industrial;
 7. Laboratório Nacional de Metrologia Química;
 8. Rede Brasil de Tecnologia;
 9. Modernização do sistema de C&T&I para áreas da PITCE.
- Rodrigo Loures: registrou a importância em desenvolver mecanismos que estimulem a empresa a buscar competência externa, junto ao setor acadêmico, por exemplo, para gerenciar a inovação dentro da empresa. Sugeriu que se apoiasse um programa tipo "*Empreendedor da Inovação*". Nessa linha, foi proposto pelo Dr. Luiz Fernandes de que se analise a possibilidade/viabilidade de criar novas modalidades de bolsas voltadas para a formação deste tipo de profissional, tendo em vista que um dos maiores desafios para a competitividade e a inovação é a capacidade de absorver RH pela empresa. Nota: Dr. José Roberto Leite informou que 6% dos recursos do Programa RHAE são destinados à formação de recursos humanos para atuar especificamente em atividades de gestão tecnológica. Enfatizou que as modalidades de bolsas devem estar adequadas ao tipo de profissional que se deseja formar, mas condicionado ao fator tempo. Exemplos: as bolsas de curta duração são mais adequadas para

responder às necessidades no curto prazo; já as de Mestrado e Doutorado demandam mais tempo para dar resultado.

- O Dr. Brito Cruz enfatizou que seria importante demonstrar/apresentar os resultados gerados a partir dos investimentos já realizados na formação de mestres e doutores. Neste sentido, propôs apoiar iniciativas que permitam avaliar o *follow-up* de mestres e doutores absorvidos pelo setor privado para atuar em projetos de inovação tecnológica, usando como referência, por exemplo, o programa RHAE. Para este caso, sugeriu que sejam previamente definidos indicadores e metas de forma a permitir mensurar o impacto desta atividade.
- Maria de Lourdes da Silva, representando o SEBRAE, sugeriu que fosse apoiado e fortalecido o Programa Nacional de Incubadoras/PNI, integrando-o à ação Arranjos Produtivos Locais/APL's, como uma forma de ação integradora, tratando o PNI de forma conjunta ao Programa APLs.
- Marco Antônio Guarita: registrou seu testemunho quanto à importante e histórica participação do Dr. Mário Bernardini nas atividades do Comitê Gestor do FVA desde o seu início, mantendo suas posições de forma coerente ao longo de todo esse tempo. Sugeriu, como idéia exploratória, que seja concedido apoio à formação de recursos humanos em setores selecionados como prioritários no âmbito da PITCE, sem, no entanto, perder de vista a missão básica do FVA, centrada no apoio à inovação. Neste sentido, enfatizou, como exemplo, que uma vez atribuída prioridade a programas de Mestrado e Doutorado se estaria fugindo a esta finalidade. Como proposta, sugeriu que sejam buscados recursos de outras fontes para suprir essas necessidades/lacunas. Nesta linha, o Dr. Brito Cruz sugeriu que o FVA apoiasse modalidades de bolsas que viabilizassem a fixação de pesquisadores e outros recursos humanos já qualificados em empresas, ao invés de investir, por exemplo, na formação de mestres e doutores, porque demandam mais tempo.
- Dr. Sérgio Rezende: fez referências a algumas iniciativas que já são apoiadas pelo FVA e outras que poderão vir a ser apoiadas pelo Fundo em 2004. Neste sentido, citou o '*Programa de Apoio Tecnológico à Exportação/PROGEX*', que presta assistência tecnológica, através de Entidades Tecnológicas - não apenas públicas, mas outras entidades sem fins lucrativos - a micros e pequenas empresas que queiram se tornar exportadoras (apoio a mais de 2.000 produtos) ou àquelas que já exportam e desejam melhorar seu desempenho nos mercados externos. Ainda no âmbito do PROGEX, citou que, no momento, a FINEP está buscando estreitar parceria com o MDIC e a APEX para, ainda em 2004, estender o apoio dos atuais onze (11) núcleos - FUCAPI/AM, NUTEC/CE, ITEP/PE, CIMATEC/BA, CETEC/MG, INT/RJ, IPT e ITAL/SP, TEC PAR/PR, SOCIESC/SC e CIENTEC/RS - para outros oito (8). Um outro programa citado como exemplo de sucesso, foi o *Projeto Unidade Móvel/PRUMO*, que leva apoio móvel a micro e pequenas empresas e que poderia receber apoio do Fundo este ano. Entre as demandas de recursos do Fundo FVA para 2004, sugeriu (i) que seja autorizado o aporte de R\$ 500 mil para pagamento de bolsas aprovadas no âmbito de projetos contratados em 2003, uma vez que não foi possível internalizar recursos desta rubrica e (ii) que seja reservado R\$ 1 milhão do orçamento de 2004 para a concessão de bolsas para projetos, particularmente aqueles aprovados no âmbito do edital RECARCINE, que não puderam incluir este item em seu plano de aplicação devido à decisão de condicionar a aprovação deste item ao referendo do Comitê Gestor. Em relação ao Programa '*Apoio à organização e consolidação de Arranjos Produtivos Locais/APL's*' citou que está sendo criado um Comitê Gestor Interministerial para garantir maior integração de ações desenvolvidas com esta finalidade por vários órgãos, como CNPq e FINEP, lembrando que no MCT esta atividade está a cargo da Secretaria de Inclusão Social/SECIS. Ressaltou que em 2003, a FINEP apoiou diretamente três (3) APL's e lançou o edital Rede de Carcinocultura/RECARCINE, em que todos os projetos selecionados prevêem bolsas. Mas, no entanto, como os recursos de 2003 internalizados pela FINEP não são suficientes para atender a esta demanda (de R\$ 1,5 milhões para 2 anos), será necessário destinar recursos de 2004 para esta finalidade. Atendendo a esta demanda, o CT-FVA deverá deliberar sobre a aplicação de R\$ 500.000,00 do orçamento de 2004 para atender às necessidades de bolsas dos projetos de APL's.

- O Dr. Mário Bernardini sugeriu que novas propostas visando conceder apoio a APL's deverão exigir, como critério, a participação do SEBRAE, na gestão; o SENAI e ainda envolver facilitadores com vistas a garantir a interveniência de lideranças locais. Para estes casos, recomenda que a coordenação não fique a cargo de universidades.
- O Dr. Alessandro G. Teixeira destacou que o problema de avaliação de APL's é antigo e agrava-se na medida em que existem vários atores utilizando metodologias distintas. Propôs que seja discutida uma proposta de metodologia única para avaliação de APL's. A apresentação dessa proposta ficou marcada para a próxima reunião do Comitê Gestor.

5) Outros Assuntos:

5.1. Cronograma de Reuniões do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

Em conformidade com o cronograma sugerido pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais/CCF, a próxima reunião do Comitê Gestor do FVA ficou marcada para o dia 30 de junho, a partir das 10:00 horas, quando serão discutidos os temas e escopo dos instrumentos - Chamada de propostas, Convite e Encomendas - a serem lançados em observância ao cronograma de datas-limite apresentado pelo CCF (quadro 3)

As datas das próximas reuniões do Comitê Gestor do FVA em 2004 (3ª e 4ª) serão definidas oportunamente, respeitando os períodos estabelecidos (quadro 2).

Quadro 2 - Cronograma de Reuniões do Comitê Gestor do FVA:

Reuniões Ordinárias	local	Previsão	Data marcada
2ª reunião	MCT	4ª semana de junho de 2004	30 de junho de 2004
3ª reunião		1ª semana de julho de 2004	
4ª reunião		4ª semana de novembro de 2004	

Quadro 3 - Cronograma de Datas Limite (2004)

Instrumentos	Data de lançamento	Recebimento propostas	Divulgação Resultado
Chamada de propostas	06/07/2004	20/08/2004	20/09/2004
Convite	02/07/2004	02/08/2004	02/09/2004
Encomendas	02/07/2004	02/08/2004	02/09/2004

5.2. Ata da 10.ª Reunião do Comitê Gestor do FVA

Foi aprovada por unanimidade

6) Resoluções

6.1. A próxima reunião do Comitê Gestor do FVA ficou marcada para o dia 30 de junho, com início previsto para às 10:00 h.

6.2. Os membros do Comitê Gestor do FVA deverão formalizar suas proposições de ações transversais à Secretaria Técnica do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, por meio eletrônico (fundossetoriais@mct.gov.br), até o dia 8 de junho próximo.

6.3. Deve ser incluída na pauta da próxima reunião a apresentação do Dr. Alessandro G. Teixeira sobre proposta de metodologia de avaliação de APL's

ANEXO 1

7) Pauta

- Situação Geral do Fundo: implementação das ações autorizadas em 2003; projetos contratados e outros aspectos relevantes da execução - Exposição das agências FINEP e CNPq;
- Situação Orçamentária: orçamento de 2004; recursos comprometidos e saldos para novas aplicações em 2004;
- Planejamento das ações: propostas das ações transversais;
- Outros assuntos.

INSTRUMENTO DE DEMANDA	Valor autorizado pelo Comitê Gestor	Programado p/ 2003	Programação 2004	Executado em 2003	Internacionalizado
<i>FINEP</i>					
<i>Encomenda</i>					
Metrologia Química INMETRO	3.000,00	500,00	2.500,00	1.500,00	
Sistema de Avaliação e Conformidade de Material Biológico (CRIATEC)	1.000,00	500,00	500,00	0,00	
Padrão de Dureza INMETRO	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	
Barreiras Técnicas	300,00	300,00	0,00	0,00	300,00
IBGE - PINTEC 2003	1.400,00	350,00	1.050,00	804,80	0,00
Diretório de Pesquisa Privada	240,00	240,00	0,00	701,00	0,00
Apoio Direto à Inovação (Acordo FINEP-Sebrae)	2.390,00	2.390,00	0,00	0,00	5.490,00
Nacionalização do Projeto de Unidades Móveis (PRUMO)	2.400,00	600,00	1.800,00	0,00	
Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX)	7.000,00	2.500,00	4.500,00	0,00	
Cooperação Internacional em P&I - França, Alemanha	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	1.950,00
<i>Carta-Convite:</i>					
Apoio Tecnológico Apropriado ao Desenvolvimento Local (APLs)	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00	6.300,00
<i>Chamada Pública</i>					
FINEP/FAPs - PAPPE	24.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	7.930,00
01/2003 - HABITARE	2.500,00	1.000,00	1.500,00	0,00	1.367,99
02/2003 - Metrologia N, NE e CO	1.630,00	630,00	1.000,00	0,00	3.475,00
MCT/FINEP/Verde Amarelo 01/2004 RECARCINE (PTF 30)	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	
<i>Outros Instrumentos</i>					
Estudo de Viabilidade Técnica Econômica (EVTE) para MPE	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
Equalização Taxa de Juros	33.921,71	33.921,71	0,00	29.119,03	0,00
Subvenção à empresas PDTI/PDTA	10.000,00	10.000,00	0,00	8.732,74	8.732,74
Estímulo à empresas de base tecnológica - Participação capital	20.353,00	20.353,00	0,00	19.000,00	0,00
TOTAL FINEP	120.034,71	89.684,71	22.350,00	59.857,56	35.545,73
<i>CNPq</i>					
Edital Programa Nacional de Incubadoras (PNI)	2.000,00	2.000,00	0,00		
Edital Coop. Para Inovação em Nanotecnologia e Materiais Avançados	6.500,00	1.500,00	0,00		
TOTAL CNPq)	8.500,00	3.500,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	128.534,71	93.184,71	27.350,00	59.857,56	35.545,73